

**PROVA AMARELA**

**TRIBUNAL MARÍTIMO**

***CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE  
CARGO DE JUIZ DO TRIBUNAL MARÍTIMO,  
ESPECIALIZADO EM ARMAÇÃO DE NAVIOS E  
NAVEGAÇÃO COMERCIAL - 2025***

**NÃO ESTÁ AUTORIZADA A UTILIZAÇÃO DE  
MATERIAL EXTRA**

**JUIZ DO TRIBUNAL MARÍTIMO**

**PROVA AMARELA**

### QUESTÃO 1

Durante uma inspeção de rotina em um navio de bandeira brasileira atracado em porto nacional, um inspetor da autoridade marítima identificou falhas nos equipamentos de combate a incêndio e ausência de exercícios regulares de abandono. Considerando as diretrizes da Convenção SOLAS (1974), qual princípio fundamental dessa convenção está sendo desrespeitado?

- (A) A garantia de rotas seguras para o abandono do navio.
- (B) A proteção da biodiversidade marinha em operações de combate a incêndio.
- (C) A regulamentação das atividades de combate a incêndio, prevista no Anexo B, da Convenção.
- (D) A segurança da vida humana no mar, por meio de requisitos técnicos e operacionais obrigatórios para os navios.
- (E) A segurança da navegação para implementação de zonas de navegação segura.

### QUESTÃO 2

Qual a principal característica do GMDSS (*global maritime distress and safety system*)?

- (A) A automação.
- (B) O VHF para comunicação.
- (C) Os métodos visuais de comunicação.
- (D) O adiestramento.
- (E) O aprestamento.

### QUESTÃO 3

A Folga Abaixo da Quilha (FAQ) é um conceito fundamental para a segurança da navegação, especialmente em áreas rasas ou com relevo submarino irregular. Com base nesse conceito e de acordo com o previsto na Norma da Autoridade Marítima-224/DPC, assinale a opção correta.

- (A) A FAQ bruta corresponde à distância entre a quilha e o topo da superestrutura da embarcação.
- (B) A FAQ bruta representa a distância entre o ponto mais baixo da quilha da embarcação e o fundo marinho, sem considerar o tipo de solo.
- (C) A FAQ líquida é sempre maior que a bruta, pois leva em conta apenas a profundidade do canal.
- (D) A FAQ líquida desconsidera o tipo de fundo, sendo usada apenas em águas profundas.
- (E) A FAQ não é relevante para embarcações com arqueação bruta inferior a 10, pois estas operam apenas em águas protegidas.

### QUESTÃO 4

Com base no Código de Processo Civil, assinale a opção correta.

- (A) O juiz cível competente para determinar o cumprimento da sentença penal condenatória, de sentenças estrangeiras e de sentenças arbitrais tem também competência para fazer cumprir os acórdãos do Tribunal Marítimo.
- (B) O processo perante o juízo cível ficará suspenso quando se discutir em juízo questão de acidentes e fatos de navegação que esteja entre aqueles de competência do Tribunal Marítimo.
- (C) Os acórdãos do Tribunal Marítimo são elencados entre os títulos executivos judiciais.
- (D) Os acórdãos do Tribunal Marítimo são elencados entre os títulos executivos extrajudiciais.
- (E) Os acórdãos do Tribunal Marítimo serão executados pelo juízo atual do domicílio de quem foi condenado pela corte marítima ou pelo juízo onde se encontram seus bens, conforme opção do exequente.

### QUESTÃO 5

As operações *Ship to Ship* reguladas pela Resolução Antaq nº 59, de 2021, podem ocorrer em que modalidades?

- (A) De alteração de regime de navegação.
- (B) Cabotagem, longo curso, apoio marítimo e apoio portuário, apenas.
- (C) Transferência e alívio, apenas.
- (D) Embarcações atracadas ou fundeadas em área abrigada, em movimento e operação mista.
- (E) Interior de percurso nacional e internacional.

### QUESTÃO 6

Quem é o responsável pela equipagem de um navio afretado a casco nu?

- (A) Armador.
- (B) Proprietário.
- (C) Afretador.
- (D) Imediato.
- (E) Agente de navegação.

### QUESTÃO 7

São recursos previstos na lei nº 2.180/54:

- (A) recurso ordinário, apelação e embargos de declaração.
- (B) recurso em sentido estrito, embargos de declaração com efeitos infringentes e agravo de instrumento.
- (C) embargos de declaração, agravo e embargos de nulidade ou infringentes.
- (D) agravo retido, apelação e embargos infringentes.
- (E) embargos de nulidade, agravo infringente e embargos de declaração.

### QUESTÃO 8

Com relação à atuação do Tribunal Marítimo brasileiro, instituído pela lei nº 2.180/54, e à Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM/UNCLOS), é correto afirmar que:

- (A) a CNUDM não se aplica em território brasileiro, pois, nesse caso, a jurisdição é exclusiva do Tribunal Marítimo.
- (B) ambos têm jurisdição internacional e podem julgar disputas entre Estados sobre a delimitação de zonas econômicas exclusivas.
- (C) o Tribunal Marítimo brasileiro atua no julgamento de crimes marítimos internacionais previstos na CNUDM.
- (D) a CNUDM e a lei nº 2.180/54 possuem o mesmo escopo, sendo aplicadas exclusivamente no território brasileiro.
- (E) a CNUDM rege o direito marítimo internacional, enquanto o Tribunal Marítimo atua no âmbito nacional e internacional, quando envolver embarcações nacionais, apurando acidentes e mantendo registros de embarcações.

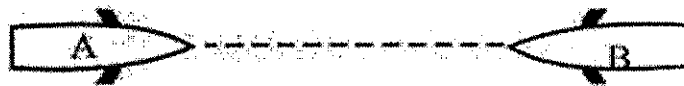
### QUESTÃO 9

De acordo com o Código de Processo Civil é considerado litigância de má-fé, EXCETO:

- (A) usar do processo para conseguir objetivo ilegal.
- (B) embargar execução fundada em título.
- (C) interpuser recurso com intuito manifestamente protelatório.
- (D) opor resistência injustificada ao andamento do processo.
- (E) provocar incidente manifestamente infundado.

### QUESTÃO 10

Conforme a figura abaixo, qual embarcação deve manobrar para evitar o acidente da navegação segundo o Regulamento Internacional para evitar Abalroamento no Mar (RIPEAM)?



Fonte: Regulamento Internacional para Evitar Abalroamento no Mar - RIPEAM-72

- (A) As embarcações A e B devem guinar para boreste de acordo com a Regra 14 do RIPEAM.
- (B) A embarcação B deve guinar para bombordo de acordo com a Regra 15 do RIPEAM.
- (C) As embarcações A e B devem guinar para bombordo de acordo com a Regra 14 do RIPEAM.
- (D) A embarcação A deve guinar para boreste de acordo com a Regra 14 do RIPEAM.
- (E) A embarcação A deve guinar para bombordo de acordo com a Regra 11 do RIPEAM.

### QUESTÃO 11

O marco regulatório portuário no Brasil possui como fundamento legal a lei nº 12.815/2013. O sistema portuário nacional público apresenta como principal forma de organização o modelo *Landlord*, especificamente para os portos organizados. Sobre essa estrutura portuária, assinale a opção correta.

- (A) O porto organizado poderá ser concedido à iniciativa privada, desde que precedida de licitação nos termos da lei.
- (B) Os arrendamentos são explorados pela iniciativa privada, por intermédio de autorização firmada entre o interessado e o Poder Concedente.
- (C) O operador portuário deve ser autorizado pelo Poder Concedente, por intermédio de Contrato de Adesão.
- (D) A administração do Porto é realizada exclusivamente pela União, somente por intermédio da concessionária, que acaba responsável por cumprir e fazer cumprir os ditames legais, regulamentos e contratos de arrendamento.
- (E) É prerrogativa de a ANTAQ fiscalizar os contratos de concessão dos portos organizados e arrendamentos, sendo a autarquia a responsável pelo planejamento setorial, como o Plano Geral de Outorgas do setor.

### QUESTÃO 12

Assinale a opção que preenche corretamente as lacunas da sentença abaixo.

Os navios de cabotagem são \_\_\_\_\_ destinadas a realizar o transporte entre portos ou cidades \_\_\_\_\_ nas \_\_\_\_\_.

- (A) Embarcações, do mesmo país, vias terrestres e vias marítimas.
- (B) Embarcações de carga e passageiros, de diferentes países, vias marítimas e vias navegáveis interiores.
- (C) Embarcações, de diferentes países, vias oceânicas e vias oceânicas interiores.
- (D) Embarcações de carga e passageiros, de um mesmo país, vias marítimas e vias navegáveis interiores.
- (E) Embarcações de cargas e passageiros, de países diferentes, vias terrestres e marítimas.

### QUESTÃO 13

A lei nº 2.180/1954 afirma que o Tribunal Marítimo exerce jurisdição sobre uma série de embarcações quando em águas jurisdicionais brasileiras, EXCETO:

- (A) as embarcações de instrução da Marinha do Brasil.
- (B) as embarcações pertencentes ao Exército brasileiro, ao Corpo de Bombeiros, à Polícia Federal e demais embarcações Militares.
- (C) os navios de estados estrangeiros quando utilizados para fins comerciais.
- (D) as aeronaves em voo se colidirem contra embarcação mercante.
- (E) os navios da Marinha do Brasil quando utilizados no transporte remunerado de passageiros e cargas.

### QUESTÃO 14

Um navio de bandeira da Noruega encontrava-se navegando a 88 milhas náuticas afastado da costa, na altura de Vitória, instante em que um tripulante sofreu um infarto, tendo o Comandante do navio que arribar para prestação de socorro. Assim, qual deveria ser a manifestação da Procuradoria Especial da Marinha nessa situação?

- (A) Requerer o arquivamento por insuficiência de provas.
- (B) Requerer o arquivamento por caso fortuito.
- (C) Requerer o arquivamento pela incompetência do Tribunal Marítimo para análise do fato da navegação, mas representar pela arribada por ser injustificada.
- (D) Requerer o arquivamento pela exposição a risco e pela arribada injustificada.
- (E) Requerer o arquivamento pela arribada por ser justificada.

### QUESTÃO 15

"Exigir para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida".

Esse tipo legal descrito no Código Penal, apresentado acima, caracteriza que crime praticado por funcionário público contra a administração em geral?

- (A) Concussão
- (B) Corrupção passiva
- (C) Corrupção ativa
- (D) Peculato
- (E) Prevaricação

### QUESTÃO 16

Assinale a opção correta quanto aos conceitos de frete e afretamento no transporte marítimo.

- (A) O frete é o valor pago pelo transporte de carga, e o afretamento é o contrato que regula a cessão da embarcação total ou parcialmente.
- (B) O frete é um contrato pelo qual o armador cede o uso da embarcação, enquanto o afretamento é o valor pago pelo transporte da carga.
- (C) O frete corresponde ao valor da carga transportada e o afretamento à carga em si.
- (D) O afretamento é uma taxa portuária e o frete é o pagamento pelo combustível utilizado durante a viagem.
- (E) Ambos os termos significam a mesma coisa e são usados indistintamente no direito marítimo.

### QUESTÃO 17

Um condutor de moto aquática empregada em caráter comercial encontra-se realizando o reboque de um dispositivo flutuante. Considerando as normas de segurança para navegação, especialmente a Norma da Autoridade Marítima-212/DPC, qual recomendação o condutor deve seguir para garantir a segurança da operação e a conformidade com as regulamentações de tráfego aquaviário?

- (A) No caso de reboque de banana boat/disc boat, o número de passageiros estará limitado a seis pessoas por dispositivo.
- (B) O condutor da moto aquática deve ser amador e motonauta.
- (C) A moto aquática deve ter capacidade para, no máximo, três ocupantes: condutor, observador e eventual passageiro do dispositivo rebocado.
- (D) A moto aquática deverá ser equipada com espelhos retrovisores, de forma a contribuir para que o condutor visualize os passageiros transportados no dispositivo rebocado.
- (E) É recomendável a presença de um observador a bordo do dispositivo rebocado para vigiar o usuário do dispositivo.

### QUESTÃO 18

A Convenção SOLAS, em suas atualizações, passou a exigir que determinados navios estejam equipados com o Voyage Data Recorder (VDR), dispositivo similar à "caixa preta" da aviação. Sobre essa exigência, é correto afirmar que:

- (A) o VDR é opcional para navios de carga e obrigatório apenas para embarcações de passageiros de bandeira dos países signatários.
- (B) a instalação do VDR é exigida pela SOLAS para aumentar a segurança da navegação, permitindo análise de dados em caso de incidentes marítimos.
- (C) o VDR tem como principal função registrar as rotas comerciais e identificar violações fiscais em alto-mar.
- (D) a Convenção SOLAS não trata de equipamentos eletrônicos, ficando essa responsabilidade a cargo exclusivo das autoridades do país da bandeira.
- (E) o VDR não é utilizado no Brasil por se tratar de equipamento exclusivo para embarcações estrangeiras.

### QUESTÃO 19

Qual é a definição de Empresa Brasileira de Navegação - EBN que está aderente à lei nº 9.432/97 e normativos correlatos?

- (A) Pessoa jurídica, constituída segundo as leis brasileiras, com sede no país, que tenha por objetivo o transporte aquaviário.
- (B) Aquele com habilitação certificada pela autoridade marítima para operar embarcações em caráter profissional.
- (C) Pessoa física ou jurídica que, em seu nome ou sob sua responsabilidade, apresta a embarcação com fins comerciais, pondo-a ou não a navegar por sua conta.
- (D) Pessoa jurídica, com sede no país, que possua embarcação própria.
- (E) Pessoa física ou jurídica que, em seu nome ou sob sua responsabilidade, apresta a embarcação própria com fins comerciais, pondo-a ou não a navegar por sua conta.

### QUESTÃO 20

Assinale a opção que NÃO apresenta duas infrações previstas no Regulamento da Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário (RLESTA).

- (A) Conduzir embarcação sem habilitação e não portar o Cartão de Tripulação de Segurança, quando exigido.
- (B) Realizar manobras com o práctico fora de zona de praticagem obrigatória e navegar em áreas delimitadas para embarcações de grande porte.
- (C) Não possuir rol de equipagem, quando exigido, e apresentar-se sem a dotação regulamentar.
- (D) Efetuar alterações ou modificações nas características da embarcação e apresentar-se com equipamento de navegação defeituoso.
- (E) Transportar carga perigosa em desacordo com a lei e trafegar em velocidade superior à permitida.

### QUESTÃO 21

Assinale a opção correta no que se refere ao afretamento a casco nu de embarcações estrangeiras com suspensão de bandeira, regido pela lei nº 9432/97 e decreto nº 2.256/1997.

- (A) Não pode ser concedida para fins exclusivos de acesso ao Fundo da Marinha Mercante.
- (B) Não considera as encomendas realizadas em território nacional para a navegação de longo curso.
- (C) A embarcação objeto do afretamento, uma vez concedido o respectivo certificado pelo Tribunal Marítimo, não obtém o direito de arvorar bandeira brasileira.
- (D) Concede-se mediante a metade da tonelagem da frota própria da empresa de navegação nas modalidades de cabotagem, apoio portuário e interior.
- (E) Pode ser concedida para a navegação de longo curso mediante a tonelagem da frota própria, desde que de tipo semelhante.

### QUESTÃO 22

Que norma internacional é descumprida em caso de ingresso de clandestino a bordo de navio em porto estrangeiro?

- (A) ISPS CODE.
- (B) MARPOL.
- (C) STCW.
- (D) CNUDM.
- (E) SOLAS.

### QUESTÃO 23

Considere uma situação na qual o condutor de uma moto aquática está transportando crianças e assinale a opção que apresenta uma regra de segurança descrita na Norma da Autoridade Marítima-212/DPC, que ele deve observar para garantir a segurança das crianças e cumprir as normas estabelecidas para a navegação segura.

- (A) É permitido transportar criança, de mais de 12 anos, na frente do condutor, desde que não prejudique a manobrabilidade da embarcação.
- (B) Recomenda-se o transporte da criança, como situação mais segura, posicionada entre dois adultos em motos aquáticas de três lugares.
- (C) O condutor pode realizar manobras bruscas com crianças a bordo, desde que esteja em uma área sem tráfego intenso.
- (D) É proibido o transporte de crianças com idade inferior a 10 anos na garupa de motos aquáticas.
- (E) Crianças com idade igual ou superior a 7 anos e inferior a 15 anos poderão ser conduzidas na garupa de motos aquáticas acompanhadas ou autorizadas pelos seus pais ou responsáveis.

### QUESTÃO 24

A definição de embarcação aplicável pela LESTA, lei nº 9.537/97, está aderente a qual das opções abaixo?

- (A) Apenas navios que possuam motoração e realizem operações de transporte entre portos ou operações de serviços aquaviários.
- (B) Qualquer construção suscetível a se locomover na água por meios próprios ou não.
- (C) Excluem-se as plataformas flutuantes quando rebocadas.
- (D) Não é aplicável no caso do transporte de pessoas.
- (E) Não é aplicável a plataformas fixas quando rebocadas.

### QUESTÃO 25

As sociedades *American Bureau of Shipping*, *Det Norske Veritas* e *Registro Italiano Navale*, são consideradas Sociedades Classificadoras. Pode-se citar no elenco de suas finalidades e características:

- (A) projetar, construir ou operar navios.
- (B) fazer a marcação da borda-livre.
- (C) conceder o certificado de registro da embarcação no país de bandeira.
- (D) efetuar o seguro das embarcações por ela certificados.
- (E) apresentar a lista de navios ao país de bandeira.

### QUESTÃO 26

Assinale a opção que NÃO apresenta atribuições do juiz do Tribunal Marítimo.

- (A) Requisitar, de qualquer repartição pública, entidade autárquica e paraestatal, sociedade de economia mista e, em geral, de qualquer empresa vinculada à indústria da navegação e serviços complementares ou conexos, informações, esclarecimentos, documentos e o mais necessário à instrução dos processos.
- (B) Orientar os processos de forma a assegurar-lhes andamento rápido sem prejuízo da defesa dos interessados e da finalidade do Tribunal.
- (C) Deferir ou denegar o registro da propriedade marítima e a averbação de hipoteca e demais ônus reais sobre embarcações, bem como o registro de armadores nacionais.
- (D) Relatar as consultas que lhe forem distribuídas.
- (E) Homologar as contas de custas dos processos que relatarem por delegação de competência do Presidente.

### QUESTÃO 27

O conceito de "Demurrage" se associa a que tipo de ocorrência de um navio no porto?

- (A) Existência de clandestino.
- (B) Desinfecção da carga.
- (C) Sobrestadia.
- (D) Encalhe atracado.
- (E) Doença contagiosa de tripulante.

### QUESTÃO 28

Inconformado com a decisão do colegiado do Tribunal Marítimo por unanimidade quanto ao mérito e por maioria quanto à pena, um Mestre de Cabotagem decide recorrer. Assim, que recurso é cabível e qual é o prazo para recorrer nessa situação?

- (A) Agravo de Instrumento no prazo de cinco dias a contar da data da decisão proferida pelo Juiz.
- (B) Embargos de Declaração no prazo de cinco dias a contar da data da publicação no e-DTM.
- (C) Embargos de Nulidade no prazo de cinco dias a contar da data da publicação no e-DTM.
- (D) Embargos Infringentes nos dez dias seguintes ao da publicação do acórdão no órgão oficial.
- (E) Recurso de Apelação no prazo de quinze dias a contar da data da publicação no e-DTM.

### QUESTÃO 29

Tanto o artigo 483 do Código Comercial ("nenhum navio pode ser detido ou embargado, nem executado na sua totalidade por dívidas particulares de um comparte. poderá, porém, ter lugar a execução no valor do quinhão do devedor, sem prejuízo da livre navegação do mesmo navio, prestando os mais compartes fiança idônea") quanto o artigo 864 do Código de Processo Civil, que o revogou ("a penhora de navio ou aeronave não obsta que continuem navegando ou operando até a alienação, mas o juiz, ao conceder autorização para tanto, não permitirá que saiam do porto ou aeroporto antes que o executado faça o seguro usual contra riscos"), tratam de direitos reais sobre a propriedade marítima. Para que as imposições contidas nas referidas normas legais prevaleçam, deve o interessado:

- (A) gravar a penhora à margem do registro perante o cartório marítimo.
- (B) efetuar o registro do ônus perante o Tribunal Marítimo, encaminhando o pedido devidamente instruído com documentos à Capitania dos Portos em cuja jurisdição estiver incluído o porto de inscrição da embarcação.
- (C) constituir gravame em favor do construtor ou do financiador da obra por contrato particular ou escritura pública e notificar o devedor.
- (D) registrar o ônus diretamente na Capitania dos Portos com jurisdição sobre o porto de inscrição da embarcação em caso de embarcação brasileira.
- (E) deixar o registro do ônus a cargo do devedor e comunicar ao juízo da execução caso não o efetue em prazo razoável.

### QUESTÃO 30

Considere os efeitos das espias ao atracar e ao desatracar. Um navio com algum seguimento para vante, paralelo ao cais, com máquinas paradas e leme a meio e uma espia de proa passada ao cais no momento do estofa da maré, qual será a reação sofrida por esse navio?

- (A) A popa se mantém na mesma distância paralela ao cais.
- (B) A proa tende a se afastar do cais.
- (C) A popa tende a se encostar ao cais.
- (D) A proa tende a se encostar ao cais.
- (E) A proa se mantém na mesma distância paralela ao cais.

### QUESTÃO 31

Coloque F (falso) ou V (verdadeiro) nas afirmativas abaixo.

- ( ) O radar é o equipamento eletrônico que mede a profundidade.
- ( ) O ecobatímetro é o equipamento eletrônico que mede a distância entre a quilha e o fundo do mar.
- ( ) O AIS é o equipamento que informa a posição do navio em tempo real.
- ( ) O VDR é o equipamento eletrônico que permite emitir um alarme de emergência para salvamento.

Assinale a opção correta.

- (A) (V) (F) (V) (F)
- (B) (V) (F) (F) (V)
- (C) (F) (V) (F) (V)
- (D) (F) (V) (V) (F)
- (E) (F) (F) (V) (F)

### QUESTÃO 32

Um servidor público federal utilizou o computador e a estrutura física de seu local de trabalho, durante o expediente, para administrar negócios particulares. A atitude foi identificada por meio de fiscalização interna. Embora o servidor alegue que não causou prejuízo direto ao erário, sua conduta foi objeto de apuração disciplinar. Com base nos princípios da Administração Pública e na lei nº 8.112/90, é correto afirmar que:

- (A) o servidor não observou os princípios da eficiência e da continuidade do serviço público.
- (B) a conduta é justificável sob o princípio da eficiência, desde que as obrigações funcionais tenham sido cumpridas.
- (C) o servidor não pode ser punido, pois não houve prejuízo direto ao erário, e não se aplicam os princípios constitucionais nesse caso.
- (D) a infração é considerada penal, devendo o servidor ser processado criminalmente antes de qualquer punição administrativa.
- (E) o servidor agiu em desconformidade com os princípios da moralidade e da legalidade, podendo ser responsabilizado administrativamente.

### QUESTÃO 33

Correlacione os tipos de navegação às suas definições e assinale a opção correta.

#### TIPOS DE NAVEGAÇÕES

- I- Longo curso
- II- Cabotagem
- III- Travessia
- IV- Interior
- V- Apoio marítimo
- VI- Apoio portuário

#### DEFINIÇÕES

- ( ) Entre dois pontos de uma mesma rodovia ou ferrovia interceptada por corpo de água
- ( ) Realizada entre portos estrangeiros e nacionais por via marítima.
- ( ) Realizada entre pontos e portos do território brasileiro, utilizando a via marítima ou esta e as vias navegáveis interiores.
- ( ) Utilizada para o suporte às atividades de pesquisa e lavra de minerais e hidrocarbonetos na Zona Econômica.

- (A) (II) (I) (IV) (V)
- (B) (IV) (III) (V) (II)
- (C) (III) (I) (II) (V)
- (D) (VI) (I) (III) (IV)
- (E) (III) (II) (V) (VI)

### QUESTÃO 34

De acordo com a Lei Orgânica do Tribunal Marítimo, constituem, respectivamente, circunstâncias que agravam e atenuam a pena:

- (A) ser a infração praticada no exterior e o cometimento de infração sob coação a que podia resistir, ou sob violenta emoção por influência externa não provocada.
- (B) a obediência a ordem legal emanada de superior hierárquico e ter o agente procurado, após solicitação do proprietário da embarcação, logo após o acidente, minorarem-lhe as consequências.
- (C) ausência do posto quando em descanso e o cometimento de infração em condições de trabalho regular.
- (D) confessado, de maneira não intencional, a autoria do fato e ser maior de sessenta anos.
- (E) ter o agente atuado de forma independente na prática do acidente e a ignorância, ou a errada compreensão da lei em qualquer hipótese.

### QUESTÃO 35

Um navio de bandeira panamenha com destino ao Maranhão e com escala prevista no Rio de Janeiro abalroa com outra embarcação fundeada em águas territoriais do Espírito Santo, necessitando, em seguida, arribar em Salvador. Com base nessas informações, qual local tem precedência para a instauração do Inquérito sobre Acidentes e Fatos da Navegação (IAFN) de acordo com a Norma da Autoridade Marítima-302/DPC?

- (A) Rio de Janeiro.
- (B) Salvador.
- (C) Espírito Santo.
- (D) Maranhão.
- (E) O Brasil não tem jurisdição para instaurar IAFN nesse caso.

### QUESTÃO 36

Quanto aos requisitos adicionais para o transporte de passageiros e para a navegação de travessia, coloque V (verdadeiro) ou F (falso) nas afirmativas abaixo e assinale a opção correta.

- ( ) Nos atracadouros específicos de travessia somente poderão trafegar, atracar, desatracar e permanecer nas proximidades, as embarcações autorizadas pelo setor competente da ANTAQ, entidades Estaduais ou Órgãos Municipais competentes para explorar o serviço regular de travessia.
- ( ) O embarque e o desembarque de passageiros e veículos deverão ser feitos com a embarcação atracada ou sob máquinas sem as espias passadas.
- ( ) Recomenda-se que as pessoas não permaneçam no interior dos veículos, exceto crianças e idosos, enquanto a embarcação estiver em movimento.
- ( ) É permitido o transporte de carga em conveses superiores.
- ( ) As embarcações que transportam carga e passageiros deverão possuir locais específicos, abrigados e perfeitamente demarcados para passageiros.

- (A) (V) (F) (V) (V) (F)
- (B) (F) (V) (V) (V) (F)
- (C) (V) (V) (F) (V) (V)
- (D) (F) (F) (V) (V) (F)
- (E) (V) (F) (F) (F) (V)

### QUESTÃO 37

A borda livre de uma embarcação associada ao Disco de Plimssom refere-se ao conceito de:

- (A) espaço para trânsito no convés.
- (B) reserva de flutuabilidade.
- (C) local para atracação no cais.
- (D) quantidade de líquidos disponível nos tanques.
- (E) melhor bordo para atracação.

### QUESTÃO 38

Os Clubes P&I funcionam, principalmente como:

- (A) associações formadas em base de mutualismo por armadores.
- (B) seguradoras privadas que operam com fins lucrativos.
- (C) entidades reguladoras da navegação.
- (D) empresas estatais de proteção marítima.
- (E) Sociedades Certificadoras.

### QUESTÃO 39

Em um caso específico, a Procuradoria Especial da Marinha é responsável por diversas atribuições relacionadas à legislação marítima e à segurança aquaviária. No entanto, em um cenário de investigação de acidente ou fato da navegação, qual ação NÃO se enquadra nas competências dessa instituição de acordo com a lei nº 7.642/1987?

- (A) Requerer, perante o Tribunal Marítimo, o arquivamento dos inquéritos provenientes de órgão competente.
- (B) Oficiar nos processos promovidos mediante representação dos interessados.
- (C) Oficiar em todos os processos de registro de propriedade marítima, de armador, de hipoteca e demais ônus reais sobre embarcação.
- (D) Oficiar em todas as consultas feitas ao Tribunal Marítimo, a Diretoria de Portos e Costas e a Diretoria-Geral de Navegação.
- (E) Oficiar à autoridade competente, solicitando a instauração de inquérito, sempre que lhe chegar ao conhecimento qualquer acidente ou fato da navegação.

### QUESTÃO 40

O comandante de um navio de carga se aproxima de uma área de tráfego intenso em meio a condições meteorológicas adversas, incluindo neblina densa e mar agitado. Ele precisa determinar a velocidade de segurança para continuar a navegação sem comprometer a segurança da embarcação, da tripulação e de outras embarcações na região. Segundo o RIPEAM-72, identifique o fator que ele pode desconsiderar para estabelecer a velocidade segura do navio.

- (A) A quantidade de combustível da embarcação.
- (B) O calado da embarcação em relação à profundidade.
- (C) A presença, à noite, de luzes, tais como luzes da costa ou reflexos das luzes da própria embarcação.
- (D) A densidade do tráfego.
- (E) A capacidade de manobra da embarcação.

#### QUESTÃO 41

Uma das penalidades que o Tribunal Marítimo pode aplicar é o cancelamento de matrícula profissional. No caso de o condenado ser estrangeiro, essa penalidade será convertida em qual sanção?

- (A) Suspensão definitiva de atividades marítimas no Brasil.
- (B) Proibição de entrada em portos brasileiros.
- (C) Proibição para o exercício de qualquer função em águas sob jurisdição nacional.
- (D) Cassação de licença para operar embarcações em águas brasileiras.
- (E) Proibição de atuar em embarcações brasileiras.

#### QUESTÃO 42

Assinale a opção correta quanto à citação, de acordo com o previsto no Regimento Interno Processual do Tribunal Marítimo.

- (A) Por carta rogatória quando se tratar de estrangeiro residente fora do Brasil.
- (B) Poderá ser feita por correio quando for ré pessoa jurídica de direito público.
- (C) Por meio de Agente de Diligência ou por Delegação de Atribuição ao Capitão dos Portos quando a parte for incapaz.
- (D) Por carta precatória quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que se encontre a pessoa a ser citada.
- (E) Por citação por hora certa quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que se encontre a pessoa a ser citada.

#### QUESTÃO 43

A ocorrência de um furo nas obras vivas de um navio corresponde a uma avaria:

- (A) na chaminé.
- (B) na superestrutura.
- (C) no sistema de fundear.
- (D) em compartimento habitável.
- (E) no bojo.

#### QUESTÃO 44

No que diz respeito à lei nº 14.301 de 2022, assinale a opção correta.

- (A) A capacidade e o porte das embarcações afretadas para uma operação especial de cabotagem não precisa acompanhar a proporcionalidade em relação à demanda.
- (B) A partir de 2027, o limite de afretamento a casco nu de embarcações no apoio marítimo passará a ser livre, conforme nova redação do art. 10, §§ 1º a 7º da lei 9.432/1997.
- (C) O afretamento de embarcações estrangeiras, para empresas autorizadas no programa BR do Mar, pode ser realizado por tempo, desde que a embarcação pertença à empresa nacional.
- (D) As embarcações estrangeiras afretadas na forma prevista na lei nº 14.301, possuem direito à arrecadação do AFRMM.
- (E) É uma das diretrizes do BR do Mar o aumento na demanda de usuário do transporte por cabotagem.

#### QUESTÃO 45

Uma embarcação, cuja tripulação não era habilitada e fazia uso de bebida alcoólica, sofreu um choque mecânico com pedras, causando um furo em suas obras vivas, tendo por consequência um alagamento, vindo em seguida o Comandante a abarrancar a embarcação para evitar um mal maior. Assim, quais acidentes e fatos da navegação encontram-se descritos nessa situação hipotética?

- (A) Colisão, água aberta, varação, deficiência de equipagem e exposição a risco.
- (B) Abalroamento, encalhe, mal aparelhamento da embarcação e exposição a risco.
- (C) Colisão, varação, água aberta, mal aparelhamento da embarcação e exposição a risco.
- (D) Colisão, naufrágio, encalhe, água aberta, deficiência de equipagem e exposição a risco.
- (E) Varação, naufrágio, mal aparelhamento da embarcação, exposição a risco e deficiência de equipagem.

#### QUESTÃO 46

Assinale a opção verdadeira que preenche corretamente as lacunas da sentença abaixo.

A arqueação bruta é um valor \_\_\_\_\_ proporcional ao volume \_\_\_\_\_ do navio. A arqueação é calculada no volume moldado de todos os espaços \_\_\_\_\_ do navio e é usada para definir parâmetros como manobra e regras de governo, e também taxas de \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_.

- (A) adimensional / interno / abertos / registros / portuários
- (B) Dimensional / interno / abertos / aduaneiras / trabalhistas
- (C) Adimensional / externo / abertos / registros / portuários
- (D) Dimensional / externo / fechados / aduaneiras / trabalhistas
- (E) Adimensional / interno / fechados / registros / portuários

#### QUESTÃO 47

Assinale a opção que NÃO compete ao Prático no desempenho de sua função, segundo a Norma da Autoridade Marítima-311/DPC?

- (A) Comunicar às capitânicas, às delegacias e às agências qualquer alteração ou irregularidade observada na sinalização náutica.
- (B) Comunicar às capitânicas, às delegacias e às agências as variações de profundidade e de correnteza dos rios, canais, barras e portos.
- (C) Comunicar, com a maior brevidade possível, ao Comandante da embarcação e às capitânicas, às delegacias e às agências a existência de condições desfavoráveis ou insatisfatórias para a realização da faina de praticagem e que impliquem risco à segurança da navegação.
- (D) Manter-se apto a prestar o Serviço de Praticagem em todos os tipos de embarcações e em toda a extensão da Zona de Praticagem.
- (E) Assessorar e fiscalizar o Comandante da embarcação na condução da faina de praticagem.

#### QUESTÃO 48

De acordo com o Artigo 17 da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), é garantido aos navios de todos os Estados o direito de passagem inocente pelo mar territorial de outros Estados. Com base nesse artigo, assinale a opção correta.

- (A) O direito de passagem inocente só se aplica quando o navio for autorizado pelo Estado costeiro.
- (B) O direito de passagem inocente permite que navios passem pelo mar territorial, desde que não prejudiquem a paz ou a segurança do Estado costeiro.
- (C) Apenas os navios de Estados com litoral têm direito à passagem inocente.
- (D) A passagem inocente é permitida apenas em alto-mar.
- (E) Navios de guerra nunca podem exercer o direito de passagem inocente.

#### QUESTÃO 49

Considerando um contrato de afretamento por tempo, conforme prescrito na lei nº 9.432/97, em seu art. 2º, cabe ao fretador:

- (A) definir um volume acordado de carga para ser transportado entre portos designados em um tempo determinado por uma frota de navios sob controle do fretador.
- (B) provisionamento de máquina, operações relativas ao carregamento e descarga.
- (C) despesas de escalas e nos portos.
- (D) gestão dos cuidados com casco, máquinas e aparelhos, navegação, seguros e salários da tripulação.
- (E) definir as escalas com o agente de carga.

#### QUESTÃO 50

NÃO é parte nos processos julgados pelo Tribunal Marítimo:

- (A) o réu nas representações propostas pela Procuradoria Especial da Marinha.
- (B) o autor das representações públicas.
- (C) o Juiz da corte.
- (D) a União.
- (E) o representado de parte.



## INSTRUÇÕES GERAIS AO CANDIDATO

- 1 - Verifique se a prova recebida e a folha de respostas são da mesma cor (consta no rodapé de cada folha a cor correspondente) e se não faltam questões ou páginas: o caderno é composto por uma prova escrita objetiva com **50 questões** de múltipla escolha.
- 2 - O tempo para a realização da prova será de **3 (três) horas**, incluindo o tempo necessário à marcação das respostas na folha de respostas, e não será prorrogado;
- 3 - Só inicie a prova após ser autorizado pelo Fiscal, interrompendo sua execução quando determinado;
- 4 - Iniciada a prova, não haverá mais esclarecimentos. O candidato somente poderá deixar seu lugar, devidamente autorizado pelo Supervisor/Fiscal, para se retirar definitivamente do recinto de prova ou, nos casos abaixo especificados, devidamente acompanhado por pessoal designado para esse fim: atendimento médico por pessoal designado pelo Tribunal Marítimo; fazer uso de banheiro; e casos de força maior, comprovados pela supervisão do certame, sem que aconteça saída da área circunscrita para a realização da prova. Em nenhum dos casos haverá prorrogação do tempo destinado à realização da prova; em caso de retirada definitiva do recinto de prova, esta será corrigida até onde foi solucionada;
- 5 - Confira nas folhas de questões as respostas que você assinalou como corretas antes de marcá-las na folha de respostas. Cuidado para não marcar duas opções para uma mesma questão na folha de respostas (a questão será perdida). Para rascunho, use os espaços disponíveis nas folhas de questões, mas só serão corrigidas as respostas marcadas na folha de respostas;
- 6 - O tempo mínimo de permanência dos candidatos no recinto de aplicação de provas é de **60 minutos**.
- 7 - Será eliminado sumariamente do processo seletivo/concurso e suas provas não serão levadas em consideração o candidato que:
  - a) der ou receber auxílio para a execução das provas;
  - b) utilizar-se de qualquer material não autorizado;
  - c) for surpreendido utilizando brincos, piercings, colares, cordões ou qualquer outro adorno similar;
  - d) entrar em funcionamento o telefone celular ou qualquer equipamento eletrônico do candidato, mesmo sem a sua interferência direta, estando ou não acondicionado na embalagem fornecida pelo fiscal;
  - e) faltar com respeito a qualquer membro da equipe de aplicação das provas, às autoridades presentes ou aos demais candidatos;
  - f) fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio, que não os permitidos;
  - g) não entregar o material das provas ao término do tempo destinado para a sua realização;
  - h) ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o cartão resposta e/ou as folhas de texto definitivo;
  - i) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;
  - j) não permitir a coleta de sua assinatura;
  - k) for surpreendido portando caneta fabricada em material não transparente;
  - l) for surpreendido portando anotações em papéis, que não os permitidos; e
  - m) iniciar a prova antes do tempo destinado para a sua realização.
  - n) escrever o nome ou introduzir marcas identificadoras noutro lugar que não o determinado para esse fim; e
  - o) desrespeitar qualquer prescrição relativa à execução da Prova;
- 8 - Escreva e assine corretamente seu nome completo, coloque seu número de inscrição e o dígito verificador (DV) apenas nos locais indicados. Instruções para o preenchimento da folha de respostas:
  - a) use caneta esferográfica azul ou preta de material transparente;
  - b) escreva seu nome completo, sem abreviaturas, em letra legível no local indicado;
  - c) assine seu nome no local indicado;
  - d) no campo inscrição DV, escreva seu número de inscrição nos retângulos, da esquerda para a direita, um dígito em cada retângulo. Escreva o dígito correspondente ao DV no último retângulo. Após, cubra todo o círculo correspondente a cada número; e
  - e) não amarrote, molhe, dobre, rasgue, manche ou, de qualquer modo, danifique seu cartão resposta, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização da leitura óptica.
- 9 - Preencha a folha com atenção de acordo com o exemplo abaixo:

- 10 - O candidato está autorizado a transcrever suas respostas, dentro do horário destinado à solução da prova, no modelo de gabarito impresso no fim destas instruções. É proibida a utilização de qualquer outro tipo de papel para anotação do gabarito. O modelo de gabarito somente poderá ser destacado após a entrega definitiva da prova pelo candidato.
- 11 - O candidato somente poderá retirar-se do local de realização da prova escrita objetiva levando o modelo de gabarito após o decurso de **2 (duas) horas** de realização da prova.

ANOTE SEU GABARITO										PROVA DE COR _____														
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50